



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA
PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 21.08.20

Aos vinte e um dias do mês de agosto do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Euler P.P de Mello, ambos representando esta Egrégia Corte de Contas; o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC/RO), Adilson Moreira de Medeiros, bem como a Excelentíssima Procuradora de Contas Ivonete Fontinelle; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezár Miola; o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecanada Lacerda de Abreu; o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Horácio Batista Guedes; o Senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a Senhora Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Ana Lúcia Dias Carneiro; a Senhora Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM), Gislaíne; e, representando o Instituto Articule, os Senhores Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

O Presidente do Tribunal de Contas abriu a reunião e cumprimentando os participantes do GAEPE, bem como mencionou os resultados já alcançados e adotados pela gestão, e finalizou abordando a ordem do dia.

Iniciando pelas considerações do grupo quanto à apresentação da “proposta de matriz unificada de procedimentos para o retorno as aulas dos municípios de Rondônia” realizada pela AROM na última reunião. O senhor Marcos Ártico, representando o GAEINF, com supedâneo no Parecer técnico produzido pelo Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado em conjunto com a Agevisa ressaltou que a proposta não aborda estratégias para a reposição de conteúdos programáticos, não há um direcionamento aos docentes sobre o planejamento pedagógico, ainda, não há disponibilização de ferramentas para hipótese do retorno híbrido, necessidade de um parâmetro para a busca ativa em razão da evasão escolar, e medidas para tratar possíveis danos psicossociais.

Também, teceu comentários acerca da importância da adoção de medidas como a criação de um Comitê Gestor em âmbito para definir as estratégias de retomada, atuação



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

intersetorial entre saúde, educação e assistência social, elaboração de protocolos conforme as notas técnicas nº 52 e 53 expedidas Agevisa, definição junto aos Conselhos de Educação de uma flexibilização da presença dos alunos nas escolas mesmo aqueles que não possuem comorbidades, ou seja, deixar á critério dos pais a escolha de mandar seus filhos às escolas, priorizar a volta dos discentes do ensino médio e superior. Finalizou enfatizando que os auxílios psicológicos não representam muitas despesas, mas que necessitam de organização assim este é um ponto a ser trabalhado mais rapidamente.

Em seguida, o senhor promotor Alexandre Jésus fez algumas exortações para a criação de estratégias específicas acerca aos alunos com necessidades especiais, não apenas medidas sanitárias como também pedagógicas. Além disso, salientou que as orientações pedagógicas foram pouco aprofundadas na proposta de matriz, planejamento em torno da gestão de matrículas tendo em vista as demandas por vindouras, elaboração de minutas com intuito de serem modelos utilizados pelos municípios.

O Secretário Geral de Controle Externo endereçou os pontos como a taxa de evasão escolar, segurança sanitária, gestão de pessoas e os aspectos pedagógicos e orçamentários/administrativos que serão analisados nos planos de retorno que os municípios enviarão quando solicitado.

Com a palavra o auditor de controle externo desta Corte de Contas, senhor Paulo Dias, apresentou a manifestação técnica a respeito da proposta de matriz supramencionada, para isso foi construída uma matriz de verificação dividida pelos eixos citados pelo Secretário pontuados por itens de verificação, critérios e resultados, com o escopo de identificar o detalhamento dos seis aspectos abordados pela AROM. Assim sendo, também salientou a necessidade do aprofundamento em medidas pedagógicas para a elaboração da avaliação diagnóstica do grau de aprendizado dos alunos, psicossociais no acolhimento dos alunos e funcionários da estrutura escolar.

O senhor Sérgio Neves, representante da Defensoria Pública do Estado, realçou o apontamento feito pelo senhor Marcos Ártico de possibilitar às famílias a liberdade de facultar de enviar sua prole às escolas ou não. A senhora Procuradora de Contas Ivonete Fontinelle sugeriu a inclusão de orientações aos municípios sobre os aspectos orçamentários/administrativos, pois a previsão do impacto orçamentário somente cada ente o pode fazer.

O senhor Augusto Pelúcio, presidente do Sinepe, explanou que as instituições privadas de ensino superior buscam manter o ensino remoto por mais tempo possível e têm retornado gradualmente com as atividades laboratoriais no módulo presencial tal iniciativa tem se mostrado eficaz. E, do ponto de vista dos privilégios do ensino privado e os impactos financeiros, é muito positiva a escolha de retornar às aulas presenciais.

Nesta senda, a representante da Articulação solicitou ao presidente do Sinepe que compartilhe na próxima reunião os protocolos referentes à educação infantil e especial que possuir. Logo, o senhor Paulo Curi, destacou estarmos em meio à instabilidade de informações que garantam segurança sanitária, portanto é um momento de cautela e exortou



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

à presidente da AROM buscar apoio no Estado, interlocução com a UNCME e com o Conselho Estadual de Educação.

O Secretário da SEDUC, Suamy Vieira, comentou que o retorno necessariamente passará pelas estruturas de saúde de cada ente, vide as endemias rurais ainda enfrentadas, e colocou que relação próxima que existe dentro das escolas inviabiliza comparações com outras atividades e, assim, os alunos tornam-se possíveis vetores do vírus.

A prefeita Gislaire agradeceu as considerações feita pelo grupo, rememorou a importância dessas observações que serão debatidas e incluídas da melhor maneira na matriz proposta, e complementou a apresentação, feita pelo senhor Roger, do esboço da Plataforma de Transparência rogada por este Gabinete.

A senhora Alessandra Gotti indagou se a AROM tem conhecimento se os municípios estão desenvolvendo o espaço específico em seus respectivos sites com os demais aspectos abarcados pela Nota Técnica, tais como o monitoramento das atividades e a criação de canais de comunicação. Prontamente o senhor Roger replicou que alguns municípios como Cacoal já atenderam a esta demanda e, ainda, explicou que a Plataforma “Educação com transparência” quando estiver finalizada vai ter *linkado* os sites de todas as municipalidades que já tiverem atendido a determinação.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentarem maiores detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos, a saber:

1. Elaboração de algum meio que viabilize a escolha individual de retornar ou não às aulas presenciais ou continuar através dos meios alternativos.
2. Realizar um levantamento do fluxo dos pedidos de transferência da rede pública para a rede privada para o monitoramento desse indicador e monitorar os focos de judicialização.
3. Inclusão de um momento de informes nos próximos encontros para atualizar o andamento das pautas anteriormente tratadas.
4. Como tem se dado Estadual e Municipal o contato com as famílias quando se identifica que o discente não participa da aula há mais de 15 dias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

5. Informar aos secretários municipais de educação o andamento das medidas para o plano de retorno, bem como solicitar o complemento das informações da alçada do município.
6. Regulamentação no âmbito dos Conselhos a partir da Lei de conversão nº 934 a qual flexibilizou os dias letivos, sancionada nesta semana.

Ficou marcada nova reunião para o dia 04.09.20, às 14h (quatorze horas) e estipulando-se, para as futuras reuniões, uma periodicidade de 15 (quinze) dias.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fê.